

VASCO GIL MANTAS

Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

vsmantas@gmail.com

A RELIGIÃO PAGÃ NA CIDADE DE *AMMAIA* (SÃO SALVADOR DE ARAMENHA, MARVÃO). PRAGMATISMO POLÍTICO E MULTICULTURALISMO FUNCIONAL

“Conimbriga” LVII (2018) p. 47-96

https://doi.org/10.14195/1647-8657_57_2

RESUMO: A cidade de *Ammaia*, situada nos arredores de Marvão, conta com um razoável *corpus* epigráfico através do qual é possível analisar aspectos importantes do quotidiano luso-romano. No presente artigo reúne-se a informação disponível acerca das práticas religiosas urbanas durante o Alto-Império, verificando-se a coexistência, em ambientes públicos, de cultos indígenas e de cultos oficiais, com predomínio do culto de Júpiter, expoente destacado do legalismo romano na região.

Como é natural, numa cidade de população maioritariamente indígena, os ofertantes dos monumentos, na maioria aras de desenho regularmente clássico, reflectem essa origem e vários graus de romanização, ou seja, de aculturação integradora que deve ser interpretada sem preconceitos anacrónicos.

PALAVRAS-CHAVE: Lusitânia, *Ammaia*, Epigrafia, Religião, Sociedade.

ABSTRACT: The city of *Ammaia*, in the outskirts of Marvão, Portugal, has a reasonable epigraphic *corpus* through which it is possible to analyze important aspects of the Lusitanian-roman quotidian. This paper gathers available information on the urban religious practices in the Early Roman Empire, where indigenous and official

cults coexisted, with a predominance of the cult to Jupiter, the highest expression of the roman legalism in the region.

As expected, in an indigenous-majority city, the offerors of the monuments, mostly altars of classic design, reflect that origin and differing degrees of Romanization, in other words, the integrative acculturation that should be interpreted without anachronistic prejudice.

KEYWORDS: Lusitania, *Ammaia*, Epigraphy, Religion, Society.

A RELIGIÃO PAGÃ NA CIDADE DE *AMMAIA*
(SÃO SALVADOR DE ARAMENHA, MARVÃO).
PRAGMATISMO POLÍTICO E MULTICULTURALISMO
FUNCIONAL

Vai para trinta anos que José d'Encarnação escreveu palavras que ainda não encontraram o devido eco: *A relação das divindades com os núcleos populacionais que lhes prestavam culto assume-se como uma das perspectivas mais válidas, no actual momento da investigação* (ENCARNAÇÃO 1987 13). É com este objectivo que de novo voltamos a um tema epigráfico, tentando caracterizar as práticas religiosas de uma cidade luso-romana, situada numa área que cremos conhecer bem, o concelho alentejano de Marvão. Apesar de reduzido em área, o município conta com um numeroso *corpus* epigráfico do período romano¹, o que não é situação inédita nesta região, destacando-se também qualitativamente por incluir monumentos muito interessantes, sobretudo no que se refere à história político-social da Lusitânia alto-imperial.

Parte importante destas epígrafes é proveniente das ruínas da cidade de *Ammaia*, situadas nas cercanias de São Salvador de Aramenha (PEREIRA 2009; CORSI e VERMEULEN 2013), bem à vista da sede concelhia no topo do morro de Marvão. Embora capital de um território vasto, o que lhe garantiu recursos que em grande parte explicam o seu desenvolvimento e o estatuto de município latino a que acedeu, trataremos neste artigo apenas de algumas das epígrafes achadas na cidade ou nos seus arredores, especificamente as inscrições consagradas a di-

¹ Apesar de várias tentativas junto de entidades locais e regionais, públicas e privadas, não nos foi possível concretizar a projectada publicação do conjunto epigráfico luso-romano do Concelho de Marvão. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo e aos Doutores José d'Encarnação, Amílcar Guerra, Joaquim Carvalho e Jorge Oliveira o apoio concedido.

vindades romanas ou indígenas, procurando interpretá-las no cenário sociopolítico que as inspirou.

As ruínas de *Ammaia*, durante muito tempo dificilmente acessíveis (PAÇO e ALMEIDA 1962 151), situam-se nos terrenos hoje conhecidos como Quinta do Deão e Tapada da Aramenha (FIG. 1), embora os materiais aqui recuperados se possam encontrar em reutilização por vezes em locais bastante afastados, como Portalegre e Castelo de Vide. Esta circunstância contribuiu para a longa degradação das ruínas, consideradas como fornecedoras de pedra, em especial de blocos de cantaria granítica particularmente adequados para serem empregues em novas construções. O caso mais conhecido é, sem dúvida, o do arco dito da Aramenha, devido à sua proveniência, desmontado e transportado para Castelo de Vide, onde foi reutilizado em 1711 como porta nas fortificações da vila, apesar de algumas reticências recentes quanto ao sucedido, dúvidas que cremos infundadas e que pensamos ter conseguido eliminar de forma definitiva (MANTAS 2010 321-336). A mesma reutilização de materiais parece ter sucedido quando da construção da ponte da Portagem (OLIVEIRA 1992 121-130), a retirar definitivamente da longa lista de falsas pontes romanas.

Grande parte do espólio epigráfico teve a mesma sorte, conhecendo-se algumas inscrições registadas e perdidas e, noutros casos, posteriormente recuperadas. A reutilização de materiais teve também consequências negativas na evolução historiográfica das ruínas, pois contribuiu para dificultar a sua identificação com a cidade de *Ammaia*, longamente localizada em Portalegre, onde os vestígios romanos são inexistentes, a partir de uma inscrição deslocada para a Ermida do Espírito Santo, situada nos arredores da cidade (*CIL* II 158 = *IRCP* 616). Este acontecimento, só por si, impediu o pleno reconhecimento das ruínas como sendo as de *Ammaia*, o que só aconteceu em 1935, também por via de um achado epigráfico (*IRCP* 615), eliminando por fim uma teimosa identificação com *Medobriga* (Vasconcelos 1935 5-9; Guerra, 1996 7-33). A epigrafia urbana amaiense contempla os tipos normalmente identificados, distribuídos essencialmente por três grupos: inscrições votivas, inscrições honoríficas e inscrições funerárias, algumas destas denotando características aliando intenções funerárias e honoríficas. A maior parte destas inscrições já foi publicada, mas entendemos dedicar agora especial atenção aos monumentos de cariz estritamente religioso, onze na totalidade, agrupando-os de forma coerente, como fizemos em relação aos escravos e libertos e aos notáveis locais (MAN-

TAS 2002 49-68; 2010a 15-39). Sem esquecer as implicações permanentes do culto funerário, expresso ou não pela referência aos *Manes* nos monumentos através da sigla DM ou DMS, aliás ausente na epigrafia amaiense, sugerindo uma datação alta na época imperial, restringiremos a análise às epígrafes consagradas a divindades clássicas ou indígenas.

Devemos ter em consideração que uma ou outra destas pedras pode ser proveniente do exterior da cidade (FIG. 2), mas certamente de um local não muito distante, atendendo às condições da reutilização e do achado. As divindades registadas através de testemunhos epigráficos até ao presente não são muitas, o que permite avançar algumas hipóteses quanto às razões que explicam este elenco, constituído agora por doze monumentos², cinco deles consagrados a Júpiter, incluindo um até há pouco ilegível, ou quase (OLIVEIRA, PEREIRA e PARREIRA 2007 230). Os restantes pertencem a Mercúrio Augusto, ao Génio do Ópido Constituído, ao Génio Amaiense, a Ocrimira, a Toga e a duas divindades imprecisas, por dificuldades de leitura. Desde logo o conjunto realça uma epigrafia votiva legalista tradicional, vulgar em áreas com características culturais e étnicas semelhantes às desta região lusitana, bem representadas nas dedicatórias às duas divindades indígenas, correspondentes ao que a antroponímia local manifesta de forma inequívoca (ENCARNAÇÃO 1984 664-694), o todo respeitando uma estética de clara matriz clássica³.

Todavia, não esqueçamos que o fenómeno da romanização, hoje muito debatido com recurso a conceitos tão subjectivos como alguns dos que foram invocados no século passado e no anterior (Hingley 1996 35-48; Bancalari Molina 2007; Woolf 2011), foi um processo de aculturação, particularmente visível no cenário religioso do mundo romano, mesmo sem recorrer ao recurso da *interpretatio*. Nada impedia, sobretudo durante o Império, que um romano prestasse culto a uma divindade indígena *tout court*, facto de que os exemplos conhecidos são incontáveis e muito diversos, ainda que o aspecto político, no sen-

² Tivemos conhecimento, através da RTP 1, da oferta ao Museu Cidade de Ammaia de uma ara de tipo clássico que se encontrava num moinho de água na Portagem, ara consagrada a Júpiter Ótimo Máximo, de leitura quase impossível. Reforça-se, assim, a importância do culto de Júpiter na *Ammaia*, sem que todavia se alterem as conclusões do nosso trabalho.

³ Por uma questão de simplicidade na interpretação do texto designamos como ámulas apenas os monumentos dessa tipologia com altura inferior a 50 centímetros.

tido clássico do termo e dos valores romanos (PEREIRA 2009 331-436; SCHEID 2011), pesasse no culto público oficial, centrado por excelência na cidade e no rito (Cícero *Somn. Scip.*3.13; Plínio, *NH.*24.5) o que está bem documentado nas inscrições votivas de *Ammaia*. Tudo considerado, podemos mesmo aceitar que esta facilidade de abertura do paganismo romano aos cultos estranhos, que foi mais do que simples tolerância, influiu na transformação da sociedade romana, a partir de determinada altura incapaz de resistir às pressões orientalizantes, políticas e religiosas (PETIT 1974 58-84; GRIMAL 1989 65-82).

Infelizmente, como é vulgar em todo o território hispânico e fora dele, a maior parte das inscrições achadas em *Ammaia*, incluindo as epígrafes votivas, situam-se num quadro cronológico limitado, o do Alto Império, o que dificulta o conhecimento da evolução do fenómeno religioso na cidade, onde existem indícios de cultos alheios ao panteão clássico ou lusitano, como é o caso das pedras de anel com símbolos judaicos (CRAVINHO 2004 233-234), ainda que este tipo de testemunhos se possa relacionar simplesmente com indivíduos isolados. Na verdade, embora mal conhecidas, a presença de pequenas comunidades judaicas, sobretudo em áreas de interesse económico, como era o caso de *Ammaia*, não deve suscitar estranheza, tanto mais que a estrutura económica da Lusitânia facilmente explica a sua presença (ALARCÃO, 1990 426-437; FABIÃO 2016 194-197). O ambiente religioso amaiense não deve, portanto, considerar-se como algo imutável e fechado durante o domínio romano.

Como parte das epígrafes que vamos incluir neste estudo já se encontram publicadas, algumas recentemente, simplificaremos a sua descrição⁴, preferindo dar maior atenção aos aspectos religiosos e sociais envolvidos. Com excepção da ara consagrada ao Génio do Ópido Constituído, conservada no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, todos os restantes monumentos se encontram recolhidos na Quinta do Deão, em São Salvador de Aramenha, no museu tutelado pela Fundação Cidade de Ammaia⁵. Em raros casos justificados procedemos a revisões

⁴ Para o efeito recorremos ao modelo utilizado na base de dados PETRAE, do *Institut Ausonius* da Universidade de Bordéus III, sucessor do saudoso *Centre Pierre Paris*.

⁵ Com a qual colaborámos, como assessor científico da Universidade de Évora e coordenador dos trabalhos arqueológicos realizados nas ruínas pela Fundação Cidade de Ammaia entre 1997 e 2006.

de leitura, sugeridas por renovada observação dos monumentos ou por novos dados facultados pelos progressos da investigação da epigrafia hispano-romana, sobretudo na área lusitana.

1 - São Salvador de Aramenha (FIG. 3)

a) Descrição

Ara votiva de granito, trabalhada nas quatro faces. Possui fastígio com fôculo mal conservado, ladeado por dois toros. Moldurada no capitel e na base. Campo epigráfico muito erodido, dificultando a leitura. Achada em São Salvador de Aramenha encontra-se no Museu Cidade de Ammaia.

Dimensões: 53 x 22 x 16. Campo Epigráfico: 36 x 21.

I(ovi) O(ptimo) $\overline{\text{M}}\text{A}\overline{\text{X}}(\text{imo}) / \text{AELIA} / \overline{\text{M}}\text{A}\overline{\text{X}}\text{IM}/\text{A TITVL/I} (\text{filia})$
 A(nimo) · L[IBEN]/S · V(otum) · S(olvit)

A Júpiter Ótimo Máximo. Élia Máxima, filha de Título, cumpriu o voto de boa vontade

Bibliografia: Jalhay 1947 622-623; *IRCP* 605.

b) Comentário

A leitura da epígrafe, gravada com caracteres actuários regulares e pouco profundos, não é fácil. Jalhay não leu a l. 2, a que apresenta maior dificuldade como Encarnação reconhece, nem a l. 5. A paginação alinha à esquerda, com má translineação. Embora Encarnação sugira a leitura para o gentilício na l. 2 como uma possibilidade, julgamos poder confirmá-la, depois de analisar o monumento em boas condições de iluminação. Tudo leva a crer, pela paleografia e pela onomástica, embora latina, tratar-se de um monumento cuja iniciativa partiu de um ambiente indígena em fase de romanização, talvez de finais do século I. O gentilício da dedicante encontra-se noutra inscrição de *Ammaia* (*CIL* II 163= *IRCP* 629), referindo o patrono clunienense de uma liberta (Mantas 2002 58-60). Na fórmula final a grafia por extenso de *Libens* não é frequente, resultando talvez da necessidade de preencher espaço.

2 - São Salvador de Aramenha (FIG. 4)

a) Descrição

Ara votiva de granito, trabalhada nas quatro faces, com cornija e toros lisos enquadrando um espaço plano. Possui molduras no capitel e na base, mostrando o monumento um aspecto geral fruste. O texto encontra-se bastante prejudicado, dificultando a leitura. Achada em São Salvador de Aramenha encontra-se recolhida no Museu Cidade de Ammaia.

Dimensões: 93 x 39 x 38. Campo Epigráfico: 46 x 31/33.

IOVI / O(*ptimo*) · M(*aximo*) / T(*itus*) CANT̄EIVS / QVIETVS
A Júpiter Ótimo Máximo. Tito Canteio Quietos (consagrou)

Bibliografia: Jalhay 1947 619-620; *IRCP* 606.

b) Comentário

O monumento tem um aspecto medíocre, o que não deixa de ser curioso atendendo ao facto do dedicante, seguramente indígena, possuir os *tria nomina* da cidadania romana, sem filiação. A paginação é irregular, desprezando alinhamentos, ainda que o lapidário tenha procurado melhorar a grafia no nome do dedicante. Estaremos perante uma peça já preparada, na qual apenas se inscreveu o nome daquele? Os caracteres, actuários, são irregulares, impondo-se visualmente o desenho da letra O, vigoroso. Jalhay propôs ler o epíteto *Solutorius*, na l. 3, e o antropónimo *Quintus* na l. 4, sem razão. Encarnação embora admitindo na l. 3 um nexa NT̄, considera a leitura *Cateius*, à qual preferimos o nome céltico *Canteius* (*CIL* VIII 16546). O cognome *Quietus* tem pouca representação na Hispânia (ABASCAL PALAZÓN 1994 477), circunstância que contrasta com o seu registo em África (KAJANTO 1982 262). A ausência de fórmula final é normal. A simplicidade do monumento sugere uma datação a situar no século I.

3 - São Salvador de Aramenha (FIG. 5)

a) Descrição

Ara votiva de granito, trabalhada nas quatro faces, com fóculo em relevo ladeado por toros bastante degradados, moldurada no capitel e

na base. O estado de conservação é bom, não apresentando dificuldades de leitura. Achada em São Salvador de Aramenha encontra-se recolhida no Museu Cidade de Ammaia.

Dimensões: 53 x 29 x 27. Campo Epigráfico: 27 x 24.

IOVI (*hedera*) / SACR $\overline{\text{VM}}$ / FAVSTVS · / BASSI · LIB(*ertus*) / A(*nimo*) L(*ibens*) V(*otum*) S(*olvit*)

Consagrado a Júpiter. Fausto, liberto de Basso, cumpriu de boa vontade o voto

Bibliografia: Jalhay 1947 620-621; *IRCP* 607; Mantas 2002 52-54.

b) Comentário

O suporte é de boa feitura, diferindo da medíocre qualidade da epígrafe, de má paginação e com caracteres actuários gravados sem profundidade. A diferença evidente entre a grafia do teónimo e o resto da inscrição sugere que o monumento se encontrava já preparado, acrescentando-se-lhe depois as quatro linhas finais. Na l. 2 existe um nexo $\overline{\text{VM}}$, no final da palavra *sacrum*. A pontuação é correcta. O dedicante identifica-se à maneira peregrina, com um cognome latino vulgar na Hispânia, *Faustus*, mas raro no território português a sul do Tejo (KAJANTO 1982 29; ABASCAL PALAZÓN 1994 358-359). O dedicante é liberto de um tal *Bassus*, nome de possível origem grega (KAJANTO 1982 244), identificado na Península Ibérica em meios indígenas, como será neste caso, mas também entre cidadãos de estatuto elevado (ENCARNAÇÃO 1984 612; ABASCAL PALAZÓN 1994 299). A fórmula final é a que conta com maior representação na região. A análise paleográfica sugere uma datação de inícios do século II.

4 - São Salvador de Aramenha (FIG. 6)

a) Descrição

Ara votiva de granito, em bom estado de conservação, trabalhada nas quatro faces, com fôculo em relevo ladeado por toros. O monumento, moldurado na base e no capitel, tem um aspecto robusto e fruste, para o que contribui a irregular qualidade da letra, embora a paginação seja razoável. Achada em São Salvador de Aramenha encontra-se no Museu Cidade de Ammaia, na Quinta do Deão.

Dimensões: 59 x 35 x 28. Campo Epigráfico: 25 x 24.

IOVI · O(*ptimo*) · / M(*aximo*) · FVSCA · / VITVLI · LIB(*erta*) /
A(*nimo*) · L(*ibens*) · S(*olvit*) ·

A Júpiter Ótimo Máximo. Fusca, liberta de Vítulo, cumpriu de boa vontade.

Bibliografia: Jalhay 1947 618-619; *IRCP* 608; Mantas 2002 54-55.

b) Comentário

Letra entre a actuária e a cursiva, nitidamente manipulada para melhorar o aspecto da epígrafe, denotando alguma imaginação. Pontuação com sinais circulares, correctamente inseridos. Como é vulgar na região, o teónimo, com os seus epítetos em sigla, abre a inscrição, cujo texto termina com uma fórmula simplificada. A inscrição recorda mais uma liberta, *Fusca*, portadora de um antropónimo latino dos mais numerosos na Hispânia, sobretudo na região de Cáceres (Abascal Palazón 1994 31, 375-377; Navarro Caballero e Ramírez Sádaba 2003 181), e que conta com dois representantes na *Ammaia* (*IRCP* 627, 632). O antropónimo *Vitulus* é também latino, vulgar na Lusitânia oriental (Kajanto 1982 329; Abascal Palazón 1994 548-549), sobretudo em ambientes indígenas, mas quase sem representação no território transgano português (Navarro Caballero e Ramírez Sádaba 2003 344-345). As características do monumento, obra aparentemente da mesma oficina que o anterior, permitem atribuí-lo aos inícios do século II.

5 - Portagem, São Salvador de Aramenha (Fig.7)

a) Descrição

Ara votiva em granito, de tipo clássico, moldurada na base e no capitel, com amputação dos toros, em mau estado de conservação devido a ter sido reutilizada como material de construção num moinho de água na Portagem, tornando-se praticamente impossível a leitura da zona central do campo epigráfico, profundamente erodida. O monumento foi oferecido em 2017 ao Museu Cidade de Ammaia, onde já se encontra graças ao apoio da Câmara Municipal de Marvão.

Dimensões: 101 x 54 x 39; Campo Epigráfico: 62 x 39.

[IO]VI OPTI/[MO] MAX(*imo*) / [SACRVM?] / [...] / [...] /
 A(*nimo*) L(*ibens*) V(*otum*) S(*olvit*)

Consagrado (?) a Júpiter Ótimo Máximo. [...] de boa vontade
 cumpriu o vontade

Bibliografia: Oliveira, Pereira e Parreira 2007 230; Guerra 2017
 (no prelo).

b) Comentário

Esta ara foi identificada por Jorge Oliveira no moinho de água pertencente a Joaquim Tapadinhas Soares, situado na Portagem (FIG.8), durante a prospecção para elaboração da carta arqueológica do concelho de Marvão, cerca de 2002. Na altura não foi possível retirar a peça, o que só agora se verificou, permitindo a sua observação por Amílcar Guerra. Temos, assim, mais um testemunho do culto de Júpiter na *Ammaia*, infelizmente prejudicado pela penumbra em que a erosão do campo epigráfico e a qualidade do granito mergulha o autor ou autora do voto. O modelo da minuta parece normal, ocorrendo o teónimo em primeiro lugar, mas com deficiente distribuição. O tipo de letra, tanto quanto é possível dizê-lo, por se encontrar quase ilegível, parece corresponder ao que é corrente na epigrafia local, com tendência actuária. É de salientar a altura da peça, que a aproxima da ara consagrada, à mesma divindade, por *Titus Quanteius Quietus* [2], e o aspecto geral do monumento, talvez proveniente da mesma oficina. Aguardamos que novas observações permitam vislumbrar o que, por ora, escapa ao que apresentamos, tanto mais que o estado da pedra desaconselha hipóteses incontroláveis. Ainda assim arriscamos uma datação alta para a ara, que pelas suas dimensões e feitura poderá exprimir homenagem oriunda de alguém com estatuto. O interesse maior desta epígrafe resume-se, no fundo, em reforçar o predomínio do culto do pai dos deuses na região e em comprovar a rentabilidade epigráfica de novos programas de prospecção em torno da cidade.

6 - São Salvador de Aramenha (FIG. 9)

a) Descrição

Pedestal votivo de mármore, moldurado na base e no capitel, em excelente estado de conservação, trabalhado na frente e lateralmente e

alisado na face posterior. De tipo clássico, mostra no topo três orifícios de fixação de um elemento perdido, provavelmente uma estatueta da divindade, e tem, apesar de alguma irregularidade, um aspecto elegante, para o que contribui a paginação. O monumento foi achado em 2014 junto ao pódio do templo do fórum amaiense, na Tapada da Aramenha, e encontra-se no Museu Cidade de Ammaia.

Dimensões: 48 x 35 x 26. Campo Epigráfico: 29,3 x 29,9.

· MERCVRIO / · AVG(*gusto*) · / · SACRVM ·

Consagrado a Mercúrio Augusto.

Bibliografia: Guerra 2017 (no prelo).

b) Comentário

O achado deste monumento constituiu uma agradável surpresa, quer pela qualidade formal, quer pela raridade de testemunhos do culto de Mercúrio no sul de Portugal, em especial no Alentejo, onde apenas se lhe conhecem duas epígrafes, uma em Belmeque, perto de Pias (ENCARNAÇÃO 1997 112), e outra de Porto das Escarninhas, em Arronches (*FE* 150 606). Caracteres monumentais de bom desenho e gravação nítida, embora não muito profunda. O texto, equilibrado e muito simples, possui uma particularidade interessante, pois a pontuação, sob a forma de sinais assemelhando-se a um y grego ou estrela de três pontas, surge no início e final das linhas. Estas mostram um traçado muito hesitante, ondulado, e o alinhamento na l. 2 projectou a abreviatura AVG para a direita. O laconismo da fórmula final, ignorando o dedicante ou dedicantes, permite supor tratar-se de homenagem decidida por um corpo cívico, de alguma forma confirmada pelo local do achado. O culto de Mercúrio ocorre na *Ammaia* associado ao culto imperial, como sucede noutros casos entre mais de cinco dezenas de testemunhos peninsulares, com uma notável concentração na região de Cáceres (SALAS MARTÍN e HABAS QUIRÓS 1987 131-133; *FE* 127 538). Culto predominantemente clássico, com poucas concessões à *interpretatio*, circunstância que contrasta com a sua forte presença em ambientes de cariz indígena (BARATTA 2001 16-68). A paleografia da inscrição, em que se destaca a letra G encurvada, quase como um C, e a grande simplicidade da epígrafe sugerem atribuir o pedestal a finais do século I.

7 - São Salvador de Aramenha (FIG. 10)

a) Descrição

Ara votiva de granito, trabalhada nas quatro faces, com duas delas epigrafadas. Encontra-se muito erodida, com alguns problemas de leitura na face que contém a denominação do dedicante. Moldurada no capitel e na base, mostra vestígios de um fóculo rodeado por toros. A ara tem um aspecto arcaizante, para o que contribui o material utilizado. Achada em São Salvador de Aramenha, faz parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Dimensões: 81 x 67,5 x 44. Campo Epigráfico: A: 38 x 51; B: 36,5 x 53.

GENIO · OPPID[I] / CONSTITVT[I] / SACRVM // C(aius) · ANNIVS / VALENS / A(nimo) L(ibens) D(edit)

Consagrada ao Génio do Ópido Constituído // Caio Ânio Valente ofereceu de boa vontade

Bibliografia: Jalhay 1947 629; *IRCP* 604; Guerra 1996 28-29; Mantas 2010 30-32.

b) Comentário

Este monumento é um dos vários que referem aspectos jurídicos relacionados com o estatuto da cidade. A paginação é boa, com eixo de simetria, dividindo o texto de acordo com as regras. Gravação vigorosa, embora muito gasta, com caracteres actuários regulares, de ducto vertical. Na Hispânia, única região do Império onde se registou, a consagração *Genio Oppidi* é raríssima (*ILER* 574-576). Concordamos com Encarnação e Guerra a propósito do sentido jurídico a atribuir à expressão *Oppidi Constituti*, como reflexo de uma acção jurídica (*ENCARNAÇÃO* 1984 667-668; *GUERRA* 1996 28-29), a qual se encontra presente em textos do final da República (Cícero *Leg.*1.6), e não como simples referência à construção física da cidade.

O dedicante da ara ostenta um nome latino, com os *tria nomina*, embora sem filiação, única razão que levaria a supor tratar-se de um indígena romanizado. O gentílico *Annius* encontra-se em *Ammaia* numa ara consagrada a *Toga* por uma liberta (*IRCP* 608), como liberto é o *Valens*, que ocorre numa inscrição de Tróia (*IRCP* 211). Todavia, em Évora temos um *Valens* que poderá representar colonizadores itálicos

(IRCP 393). Atribuímos o monumento à segunda metade do século I, provavelmente do principado de Cláudio, tendo em atenção o texto da epígrafe celebrando o voto anual da *Civitas Ammaiensis* (IRCP 615).

8 - Hortas Velhas, São Salvador de Aramenha (Fig. 11)

a) Descrição

Ara votiva de granito, trabalhada nas quatro faces, em bom estado de conservação. O coroaamento encontra-se maltratado, sobrevivendo apenas o toro da direita, liso e de tratamento sumário. Moldurada no capitel e na base, mostra algumas fracturas antigas. O monumento foi achado nas Hortas Velhas, entre Alvarrões e as ruínas de *Ammaia*, em cujo museu se encontra.

Dimensões: 84 x 52 x 50. Campo Epigráfico: 45 x 44.

ALEINIVS / TONGLI F(*ilius*) / GENIO · $\overline{AM(m)}$ /AI(en)CI(s) ·
ARA(m) / POSSIT [*sic*]

Aleinio, filho de Tôngio, colocou a ara ao Génio de Amaia

Bibliografia: Mantas 2002 89-92; 2010 29-30.

b) Comentário

A paginação é relativamente cuidada, embora as linhas mostrem um aspecto ondulante, destacando o nome do ofertante, o que não é usual na região. Caracteres irregulares, de forte influência actuária, grosseiros e de gravação profunda. O único nexu presente, \overline{AM} , é normal. Tudo neste monumento aponta para um ambiente cultural indígena, ainda relativamente pouco romanizado. O ofertante identifica-se de acordo com o modelo peregrino, circunstância reforçada pelo antropónimo do pai, muito vulgar na área central da Lusitânia (ABASCAL PALAZÓN 1994 530-531). A análise do texto sublinha um incipiente conhecimento do Latim e, também, particularismos de pronúncia regional. O antropónimo *Aleinius*, provavelmente uma variante do antropónimo indígena *Allainius* (PALOMAR LAPESA 1957 27-29; ABASCAL PALAZÓN 1994 32), recorda aquele que ocorre na árula consagrada a *Toga* (IRCP 611), que deve ser lido *Alenes*. A forma *Possit* reflecte a pronúncia local da palavra *Posuit*, numa fase de latinização ainda em desenvolvimento. O texto e a análise paleográfica sugerem para esta árula, própria dos

cultos tutelares comunitários (FERNANDES 2002 179-180), uma datação alta, a situar por meados do século I. O local do achado permite supor a existência de um local de culto no exterior da área urbana.

9 - São Salvador de Aramenha (Fig. 12)

a) Descrição

Ara votiva de granito, trabalhada nas quatro faces, com fastígio e toros lisos, sem fôculo. Moldurada no capitel e na base, que está bastante danificada. O aspecto geral é grosseiro, pouco harmonioso, apesar de mostrar reduzido desgaste. A ordenação da epígrafe também não contribui para a estética do monumento, cortando o teónimo e o cognome da ofertante. Achada na área das ruínas da cidade encontra-se no Museu Cidade de Ammaia.

Dimensões: 53 x 31 x 33. Campo Epigráfico: 26,5 x 22,5/24.

OCRIMIR/AE · SAC(rum) · IVLIA · SA/TVRISCA / A(nimo) · L(ibens) · V(otum) · S(olvit)

Consagrado a Ocrimira. Júlia Saturisca cumpriu de boa vontade o voto

Bibliografia: Jalhay 1947 621-622; Lambrino 1959 488-491; *IRCP* 610.

b) Comentário

A inscrição preenche todo o campo epigráfico, nítida e com caracteres actuários irregulares, apoiados em linhas auxiliares. A notar o nexu IMIR na l. 1, pouco habitual. Pontuação circular, bem colocada, incluindo um ponto no interior do C no final da l. 2. A árula foi consagrada a uma divindade tópica, céltica, significando o teónimo Rio ou Ribeira Fria (LAMBRINO 1959 488-491), talvez o Rio Sever, atendendo ao local do achado. Encontramos, por exemplo, elementos do teónimo em nomes de cursos de água como Odemira ou Ocreza, este não muito longe, sugerindo alguma cautela na identificação sugerida, sem que nos leve a aceitar a proposta de Blanca Prósper, que interpreta o elemento *Ocri* como *Monte* (PRÓSPER PÉREZ 2002 195-197). Trata-se, portanto, de uma clássica manifestação religiosa indígena em contexto formal romano (ANDREU PINTADO 2010 185-210), a situar no início do século

II. O gentílico *Iulius, -ia*, um dos mais vulgares da Hispânia, conta com raros representantes amaienses (ABASCAL PALAZÓN 1994 28-30, 151-163; MANTAS 2004 102-103). O cognome *Saturisca*, raríssimo na Hispânia (ABASCAL PALAZÓN 1994 496), suscita dúvidas quanto à origem, grega ou indígena (SOLIN 1982 405; HOLDER 1962 col.1379-1380). A fórmula final é normal. A observação da árula permite verificar que o seu aspecto diverge um pouco dos monumentos da área, evocando uma epígrafe que, fabricada noutra material, responderia melhor a um modelo clássico.

10 - Barretos, Santo António das Areias (FIG. 13)

a) Descrição

Árula votiva de granito, trabalhada nas quatro faces. Frontão triangular no coroamento, com toros lisos e fóculo. Moldurados no capitel e na base, esta muito esboroadada. A inscrição acha-se em más condições, dificultando a leitura, em especial na l. 2, tanto mais que a paginação é má, provocando cortes na translineação. Achada no sítio de Barretos, Santo António das Areias, encontra-se no Museu Cidade de Ammaia.

Dimensões: 41 x 27 x 23. Campo Epigráfico: 19,5 x 20.

TOGAE · AL/ENES · NO/VELA · AN/NIAE · LIB/ERTA /
V(*otum*) · A(*nimo*) · L(*ibens*) · S(*olvi*)

Consagrado a Toga. Alenes Novela, liberta de Ânía, cumpriu de boa vontade o voto

Bibliografia: Jalhay 1947 623-624; *IRCP* 611; Mantas 2002 56-57.

b) Comentário

O mau estado geral da epígrafe e a má qualidade dos caracteres actuários, irregulares, levanta dificuldades de interpretação, sobretudo quanto à existência do epíteto *Alma*, nas linhas 1 e 2. Alinhamento à esquerda e à direita, com o texto preenchendo a totalidade do fuste. Nexos normais e pontuação correcta. A fórmula final é clássica, mas a ordem aqui observada é invulgar, quase desconhecida no Convento Paense. Monumento consagrado a uma divindade céltica, de fraca representação na região oriental lusitana (PRÓSPER PÉREZ 2002 188-199), cujo teónimo poderá evocar algo como *agradável, amável* (BLÁZQUEZ

1975 173). Não duvidamos agora da leitura *Alenes*, que aliás já fora sugerida por outros investigadores, embora com variantes (ENCARNACÃO, 1984 684; BÚA CARBALLO 2000 68, 515; BLÁZQUEZ 2006 294).

Mais uma vez deparamos com um ambiente cultural indígena, com uma dedicante cujo antropónimo parece confirmá-lo, embora possa reflectir um nome grego mal percebido e grafado de acordo com a fonética regional, *Helena* ou *Helene*, tanto mais que se trata de uma liberta de alguém cujo gentílico é latino e ocorre em áreas das mais romanizadas da Hispânia (ABASCAL PALAZÓN 1994 76-78), bem representado na *Ammaia* pelo *C. Annius Valens* da ara consagrada ao Génio do Ópido Constituído (IRCP 604). Poderemos considerar o adjetivo *Novella* (nova, fresca, recente), nesta inscrição grafado como *Novela*, como um cognome derivado da patrona, muito vulgar em África (KAJANTO 1982 289), talvez *Annia Novella*? Não queremos deixar de sublinhar o clima feminino deste monumento votivo, talvez reflexo das características da divindade venerada. Tratando-se de um monumento dos inícios do século II, como se crê, a grafia por extenso da condição libertina só parece justificar-se para preencher espaço.

11 - São Salvador de Aramenha (FIG. 14)

a) Descrição

Árula votiva de granito, trabalhada nas quatro faces, moldurada no capitel e na base, com fôculo e toros, achada em São Salvador de Aramenha. A epígrafe encontra-se extremamente gasta, o que causa graves problemas de leitura, sobretudo nas duas primeiras linhas, na verdade praticamente ilegíveis, pelo que a proposta que apresentamos deve ser entendida como uma hipótese. Todavia, o aspecto geral sugere um monumento com alguma qualidade. Transferida do Museu de Marvão, a árula faz parte, desde 2001, do acervo epigráfico do Museu Cidade de Ammaia.

Dimensões: 42,5 x 27 x 16. Campo Epigráfico: 24 x 23.

[I(ovi) · O(ptimo) · M(aximo)] · / [SACRVM] / IVLIA /
LVBAEC(i) · F(ilia) / 5 A(nimo) · L(ibens) · P(osuit)
[Consagrado a Júpiter Ótimo Máximo]. Júlia, filha de Lubeco,
colocou de boa vontade

Bibliografia: Mantas 2000 406 (referência).

Conimbriga, 57 (2018) 47-96

b) Comentário

Como a proposta de reconstituição das duas primeiras linhas se apoia em indícios, mais do que em vestígios visíveis, não inserimos esta árula no grupo de monumentos consagrados a Júpiter. Tal facto, porém, não significa que esta atribuição se revista de fraca probabilidade, desde logo considerando o relevo evidente do referido culto na *Ammaia*. A árula recorda a forma da que foi consagrada a Toga, salvo no tipo de letra, de caracteres actuários, de ducto vertical, não muito profundos e de desenho elegante, visível, por exemplo no B da l. 4. A paginação parece ter sido boa, com eixo de simetria e alternando a extensão das linhas, traçadas segundo uma pauta. A ofertante identifica-se segundo o esquema onomástico peregrino, usando um dos gentilícios mais vulgares na Hispânia, de fraca representação na *Ammaia*, onde apenas se conhecem mais três testemunhos. O patronímico é indígena (NAVARRO CABALLERO e RAMÍREZ SÁDABA 2003 216), contando com outro registo não muito afastado, em Seda, Alter do Chão (*IRCP* 635). A fórmula final, reduzida, é normal. A simplicidade do texto e a antroponímia sugerem para esta árula uma datação a situar no século I.

12 - Olhos de Água, São Salvador de Aramenha (FIG. 15)

a) Descrição

Ara votiva de granito, trabalhada nas quatro faces, moldurada na base e no capitel, com fôculo e toros laterais, achada nos Olhos de Água e transferida do Museu de Marvão para o Museu Cidade de Ammaia em 2001. A epígrafe, muito prejudicada, não permite uma leitura completa do texto, distribuído por quatro linhas que ocupam totalmente o campo epigráfico. O aspecto geral do monumento é pouco harmonioso, em parte por possuir uma volumosa base para facilitar a sua colocação, embora a sua tipologia corresponda a um tipo clássico normal, simplificado.

Dimensões: 58 x 32 x 26. Campo Epigráfico: 18,5 x 25,4.

CAMALA AR/[ANTI] LIBER/TA GENIO [...]A[...] · V(*otum*)
· L(*ibens*) · S(*olvit*)

Câmala, liberta de Aranto, de bom grado cumpriu o voto ao Génio
(...)

Bibliografia: inédita.

b) Comentário

A má conservação do campo epigráfico suscita problemas de leitura difíceis de resolver. Os caracteres são de tipo actuário, de má qualidade, embora o seu alinhamento sugira o recurso a linhas de pauta. Na l. 4 sobrevive parte da pontuação, com sinais circulares. O nexu AMA, presente no antropónimo da l. 1, não sendo invulgar (CAGNAT 1914 26), pode reflectir uma datação não muito alta, não desmentida pela ordenação geral do texto. De sublinhar que a indicação do nome da dedicante, que cremos ser mais uma liberta, em caracteres de superior dimensão, antes da denominação do teónimo, que surge apenas na l. 3, não favorece a sua atribuição a Júpiter, considerando a prática corrente nas restantes epígrafes amaienses consagradas a esta divindade, cujo texto se inicia sempre com o teónimo.

O modelo seguido nesta epígrafe, patente em *Ammaia* na ara consagrada por *Aleinius*, não é exclusivo de gentes menos romanizadas, como se verifica, por exemplo, em vários monumentos provenientes do santuário de Endovélico, em Terena (RIBEIRO 2002 79-90; ENCARNÇÃO 1995-2007 149-163). É possível que o voto se dirija a um génio tutelar (de *Ammaia*?) tanto mais que a denominação de tipo peregrino e o nome *Camala*, vulgar na Hispânia e com boa representação na Lusitânia (ABASCAL PALAZON 1994 313; NAVARRO CABALLERO e RAMÍREZ SÁDABA 2003 130), não o impedem. A hipótese *Arantus* apoia-se no que se lê na pedra e na existência na cidade de outro testemunho da forma feminina do mesmo antropónimo (*IRCP* 627). A fórmula final é vulgar na região a sul do Tejo, encontrando-se entre as várias versões da epigrafia amaiense (ENCARNÇÃO 1984 880). Uma datação a recair no século I parece aceitável para esta estropiada inscrição, para a qual indicamos apenas uma reservada leitura provável.

O fenómeno religioso luso-romano tem sido estudado sob os mais diversos aspectos, por vezes dando maior atenção a circunstâncias particulares deste ou daquele culto e não tanta ao complexo ambiente que envolveu a prática religiosa durante o domínio romano. Grande parte das análises e dos debates desenvolvidos têm-se desenrolado em torno de questões como a maior ou menos facilidade de recepção de cultos exóticos e da recorrente questão da *interpretatio*, que, sendo uma prá-

tica romana bastante antiga e divulgada (BELTRÁN LLORIS 1995-2007 37-72), ocorre com demasiada frequência como explicação conveniente para situações menos claras. Esta atitude redutora relaciona-se, de alguma forma, com o conceito de romanização uniformizadora, que seguramente nunca existiu como um objectivo definido pelo Império, confundindo-se por vezes romanização cultural com romanização do quotidiano, cujo verdadeiro significado só se revelou com o colapso de Roma (WARD-PERKINS 2006 165-224).

Naturalmente que se estimulava a identificação dos notáveis provinciais com os valores oficiais de Roma, que aqueles procuravam demonstrar de forma mais ou menos clara, mas deixando grande margem à continuidade do que era próprio deste ou daquele povo, desde que não fosse abertamente contrário aos valores morais e políticos romanos (Mantas 2013 9-38), aliás impossíveis de separar na religião legalista. Talvez por isto, muitos especialistas preferem considerar religiões romanas em vez de religião romana (WATTEL 2003 7-9), o que permite separar os diferentes cultos existentes no Império do sistema de crenças e de ritos herdados da Roma arcaica e do panteão estrangeiro precocemente integrado (SCHILLING 1979), embora todos fossem servidores da boa ordem imperial, distintos mas solidários, tal como existiam peregrinos e cidadãos antes da reforma de Caracala em 212, isto sem esquecer os escravos, admitidos a determinados cultos e *collegia*.

Por essa altura começam a notar-se drásticas alterações na essência da ideologia imperial, com o enfraquecimento gradual da velha ordem romana, da qual a religião cívica constituía um pilar fundamental (EHRENBERG 1974 107-126), com irreversíveis consequências sobre a concepção do Estado romano. A um povo de súbditos, agora considerado globalmente romano, vai corresponder um imperador progressivamente divinizado ou rodeado de uma aura sacra, enquanto se aguarda, entre convulsões, o triunfo do monoteísmo, facilitado por questões sociais e pelo misticismo estimulado pela vaga de cultos orientais que o precederam (GRANT 1967 191-225). Talvez neste quadro se possa considerar a decadência do mecenato cívico, intenso no Alto Império e considerado apanágio dos notáveis no quadro da estrutura sociopolítica estabelecida (MELCHOR GIL 1994 61-82; 1999; ANDREU PINTADO 2004), mecenato de que não temos ainda testemunhos directos na *Ammaia*.

Outro aspecto da religião provincial do período romano sobre o qual muito se tem escrito é o do culto imperial (ÉTIENNE 1958 121-175, 355-459; ÉTIENNE, 2002 97-104), culto sobremaneira político, no sen-

tido de uma cosmópolis, como os ideólogos da romanidade, na linha de Élio Aristides, frequentemente apresentavam o Império (FONTANELLA 2008 203-216), permitindo fácil adesão sem prejuízo de outras devoções. Cremos, apesar de tudo, que se tem exagerado a implantação do culto imperial, quase como culto dominante, levando a classificar como sendo-lhe dedicados todos os templos forenses das cidades romanas de Portugal (ÉTIENNE 2002 101-103), como uma *síndrome de Conímbriga*, à margem da distinção entre santuário e fórum (CORREIA 2010 89-106), problema que também se levanta em *Ammaia*, onde temos testemunhos da existência do culto imperial, sugeridos pelo pedestal consagrado a Mercúrio Augusto e pela epígrafe⁶, também marmórea (FIG. 16), que lembra o flâmine provincial G. Júlio Vegeto (MANTAS 2004 100-104).

Numa cidade em que a população, não muito grande⁷, era maioritariamente indígena, deparamos com o resultado dos mecanismos de integração política e cultural, aqui evidenciados por se tratar de uma fundação de raiz, com toda a probabilidade augustana, reflectidos com algum vigor no ambiente religioso amaiense, pelo menos naquilo que nos é permitido conhecer até ao momento. Se ignorarmos a possível presença judaica, de datação e expressão difíceis, não possuímos outros indícios da prática de cultos orientais como se conhecem noutras áreas do Sul de Portugal (ENCARNAÇÃO 1984 807-809; BRÁZIA 2011 52-68), pelo que o cenário dominante é o de uma população romanizada estabelecida numa cidade que, por isso mesmo, ascendeu na hierarquia urbana a município (MANTAS 2010 29-39). Aquilo que os monumentos religiosos amaienses transmitem não se limita a sugerir esta hipótese, antes faculta dados claros.

Começamos pelas epígrafes consagradas a Júpiter, cinco das quais juntam ao teónimo o epíteto Ótimo Máximo. Divindade suprema do panteão romano, não muito difícil de integrar por parte da população indígena (OLIVARES PEDREÑO 2009 331-360), indo-europeia como a latina, parece ter tido a preferência por parte das franjas mais conser-

⁶ Apesar da recente proposta de Amílcar Guerra favorável à leitura *Probinia* como gentilício da esposa do flâmine provincial *G. Iulius Vegetus*, mantemos a nossa leitura inicial: *Propinia Severa*.

⁷ É sempre difícil calcular a população de uma cidade romana, tanto mais que, embora se conheça o traçado urbano de *Ammaia*, pouco sabemos da dimensão dos edifícios. Assim, parece razoável aceitar uma população máxima de uns 4500 habitantes, talvez até um pouco menos.

vadoras e elitistas da sociedade romana, por razões culturais ou políticas (FEARS 1981 56-141), parecendo muito adequado, pela sua faceta arcaizante, para iniciar o processo de aculturação religiosa na Hispânia indo-europeia. Não esqueçamos que a presença romana nesta região alentejana começou muito antes dos primórdios do Império, o que em certos casos poderá explicar as características republicanas da religião oficial no que se refere à adesão a esta ou àquela divindade (CARNEIRO 2009-2010 237-272), sem esquecer que Júpiter corresponde, na ordem divina, ao que o imperador representa na ordem terrestre.

O culto de Júpiter, que conta com cerca de uma dezena de testemunhos no território amaiense, onde lhe poderá ter sido dedicado um santuário rural em Montalvão (ENCARNAÇÃO 1984 793-795, 874), surge em termos estatísticos como o mais importante da cidade, com suficiente capacidade de irradiação para se impor, tal como noutras *civitates*, no ambiente campestre (ALARCÃO 1989 165-166). De uma maneira geral, os monumentos que lhe foram consagrados, certamente produtos de uma oficina local utilizando o granito da região, em especial da pedreira da Pitaranha, não são de grande qualidade formal, embora, mais ou menos rudes, obedeçam à estética clássica das aras. Todos pertencem ao Alto Império, o que se reflecte na antroponímia e através da paleografia.

Quem são os ofertantes destes monumentos, que se integram quase na totalidade na categoria de *ex-votos*? Élia Máxima, filha de Título [1], pertence certamente ao estrato indígena romanizado, apesar da antroponímia, circunstância que se pode estender ao cidadão Tito Canteio Quietos, o único que dedicou uma ara sem exprimir cumprimento de voto [2]. O mesmo atestado de indigenismo pode atribuir-se a Fausto, liberto de Basso [3] e a Fusca, liberta de Vítilo [4]. Mais difícil parece a identificação étnica dos patronos, sobretudo de Basso, pois Vítilo é um nome que, embora latino, ocorre em ambientes indígenas. Estará este Basso relacionado com o Júlio Metelo Basso que encontramos em Mérida (*CIL* II 582) ou com M. Petrónio Basso, a quem os decuriões de *Olisipo* homenagearam (*CIL* II 192), sem esquecer outros Bassos em Juromenha e no santuário de Endovélico (*IRCP* 479, 535), em Terena? Assim, estamos perante consagrações que se situam claramente num círculo não muito elevado, mas romanizado, sem excluir contactos com o grupo privilegiado pela cidadania, reflectindo o conjunto uma integração bem conseguida e que se subentende nas práticas religiosas, sociais e administrativas patenteadas nos monumentos.

O pedestal, de iniciativa anónima, consagrado a Mercúrio Augusto suscita outro tipo de questões [6]. Estamos agora perante uma manifestação do culto imperial, em cujo ambiente os autores normalmente se identificam (ENCARNAÇÃO 2007 351-367). É certo que nem sempre é assim, como neste caso. Devemos lembrar, todavia, que noutras situações acontece os dedicantes não se identificarem ou identificarem-se de forma velada, como na fruste árula a Mercúrio achada em Belmeque (ENCARNAÇÃO 1997 112). As atribuições da divindade, algo flexíveis, não dificultam a sua presença na *Ammaia*, tanto mais que se trata de um acto de culto político, cujo cenário foi o templo do fórum, o que explica o laconismo do texto (OLIVARES PEDREÑO 2013 59-87). Monumento em mármore, desde logo se destaca no *corpus* epigráfico amaiense, pelo que podemos considerá-lo uma iniciativa dos notáveis da cidade, com toda a probabilidade emanada da *ordo decurionum* local.

O achado de um pequeno galo de bronze reforça o vínculo da *Ammaia* com o culto de Mercúrio⁸, pois a ave surge normalmente associada à iconografia desta divindade (SIKORA 1983 175-183; PINTO 2002 232-233). Finalmente, como a água teve singular importância na *Ammaia* e representa um dos elementos fortes do culto imperial (RIBEIRO 1982-1983 331-369; DEPRez *et alii* 2006 109-133), recordamos a inscrição das termas de São Pedro do Sul, onde se refere um *Mercurio Augustorum Aguaeco* (*HEp* 4 1101), sem que possamos dizer mais, a não ser que as águas, termais ou não, se incluem claramente no âmbito das funções habituais de Mercúrio (BARATTA 2001 89-91), ideologicamente assumidas pelo imperador (MALISSARD 1994 299-307).

O mesmo tom político encontra-se nos monumentos consagrados aos Génios, o do Ópido Constituído e outro mais próximo das entidades tutelares indígenas, ainda que de expressão perfeitamente romana, se perdoarmos o medíocre Latim da epígrafe. O culto dos Génios não teve expressão no território português a sul do Tejo, o mesmo acontecendo com os Lares (MANTAS 2010 13-34), ambos copiosamente representados em regiões mais setentrionais do Ocidente hispânico (FERNANDES 2002 179-188). Embora se trate de divindades menores, com funções protectoras de um local ou grupo, o que talvez explique a sua notável

⁸ A figura encontra-se nas reservas do Museu Cidade de Ammaia. A possibilidade do conhecido *Galo de Barcelos* reflectir uma sobrevivência da ligação ao culto de Mercúrio, popular nas regiões célticas do Ocidente, talvez mereça alguma investigação. Aqui fica a proposta.

expansão em ambientes indígenas muito tradicionais, a verdade é que a sua expressão é essencialmente romana, o que logo levanta um problema complicado, considerando as características da população da região amaiense, culturalmente próxima da que habitava a Lusitânia central e setentrional (ENCARNAÇÃO 1987a 167-170).

A ara consagrada ao Génio do Ópido Constituído [7], relacionada com a constituição romana da cidade, no sentido político, foi dedicada por um cidadão, talvez de origem indígena, o que não interessa neste caso, mas sim o facto de se tratar de alguém cujo nome permite relacioná-lo com um destacado grupo da sociedade hispano-romana, em particular na Bética e no actual Algarve (ABASCAL PALAZÓN 1994 276-277, 537), entre os quais se deviam encontrar empreendedores interessados no desenvolvimento de novos centros urbanos. Não esqueçamos a presença em Tróia de um liberto de dois irmãos com o cognome *Valens* (IRCP 211), invulgar na Lusitânia (NAVARRO CABALLERO e RAMÍREZ SÁDABA 2003 331), circunstância a considerar tendo em conta a relação de Tróia e da *Ammaia* com os *Cornelii* durante o século I, que por razões ligadas à economia pode ter sido, no mínimo, importante (MANTAS 2013 12-13). O segundo monumento, consagrado ao Génio de *Ammaia* [8], reveste-se de características menos políticas, no sentido restrito, como expressão do culto à divindade tutelar de um espaço que, neste monumento, embora achado fora da cidade e dedicado por um indígena cujo nome *Aleinius* o aproxima da *Alenes* da epígrafe consagrada a Toga, deve ser o da comunidade amaiense na época da sua primeira organização. Trata-se, portanto, de um *Genius Loci* típico, cujo teónimo pode, por hipótese, derivar do nome da actual Serra de São Mamede, referida por Plínio como *Ammaensibus iugis* (Plínio NH. 37.24.127).

As divindades propriamente indígenas, Ocrimira [9] e Toga [10], mais do que a continuidade dos cultos pré-romanos, demonstram a sua persistência sem necessidade de *interpretatio*, confirmando a coexistência de dois tipos de *Pietas* no mundo romano provincial, legalista e por vezes acentuadamente política, sem excluir casos de devoção autêntica, e outra tradicional, na linha dos cultos indo-europeus do período pré-romano, anicónicos e ligados à natureza, aliás também eles reduzidos a sul do Tejo quando comparados com o que conhece a norte deste rio (ENCARNAÇÃO 1975 300-301, 310-313; TEIXEIRA, 2014 47-51, 74-88), talvez devido ao impacte precoce de cultos exóticos mediterrânicos na região meridional ou à presença de população culturalmente diferente. Assim, temos uma *Iulia Saturisca*, indígena romanizada ou provável

descendente de uma família de libertos⁹, consagrando uma árula a uma divindade aquática, tópica, provavelmente o Rio Sever, a que poderá ter sido consagrada uma segunda árula, de muito difícil leitura, achada na Herdade de Pero Galego, Montalvão (IRCP 639), igualmente muito perto do mesmo curso de água, o que confirmaria a interpretação aquática proposta para o elemento *Mira*.

Quanto ao monumento consagrado a Toga por uma liberta, tudo nele indica um ambiente muito romanizado, envolvendo eventualmente imigrantes, embora a ofertante seja indígena. Desaparecida a leitura *Alma*, até agora considerada como epíteto de Toga, como interpretar o nome *Novela* ou *Novella*, que complica o antropónimo? Pode ser o cognome da patrona, invulgar na Hispânia, mas também pode ser, a exemplo de uma epígrafe de Lisboa onde se nomeia uma *Iulia Maxima* como *Unica* (CIL II 219), a forma de distinguir duas irmãs com o mesmo nome, ambas libertas de *Annia*, de acordo com o significado de *Novella* (GAFFIOT 1934 1040), a irmã mais jovem, como em Lisboa se realça a filha única (ENCARNAÇÃO 2001-2002 400-401). Não esqueçamos que também esta árula foi encontrada fora da área urbana, em Barretos, a noroeste de Santo António das Areias, sugerindo que alguns cultos indígenas não teriam lugar no espaço citadino. De acordo com parte dos poucos testemunhos conhecidos (PRÓSPER PÉREZ 2002 7, 198-199), terá havido uma preferência feminina por esta divindade, provavelmente de características protectoras e cujo centro de difusão parece ter sido a Serra de Gata (FE 1985 49).

A árula consagrada por *Iulia Lubaeci filia* [11] situa-nos de novo no meio cultural indígena e ainda em fase de romanização, patente na antroponímia e no modelo onomástico peregrino. Infelizmente, o estado de conservação do texto permite justificadas dúvidas quanto à divindade a que o monumento foi consagrado. Tentámos várias reconstituições para as duas primeiras linhas e, apesar de cautelas ditadas pelo bom senso que sempre deve acompanhar a investigação, cremos poder atribuí-la a Júpiter, o que em nada contraria o que nos é transmitido pelas outras quatro aras que lhe foram consagradas. O culto de Júpiter

⁹ Admitindo que o cognome tenha origem grega, eventualmente relacionado com σατυρικός, sob a forma latinizada *satyrisca*. Uma etimologia deste tipo e o significado do termo facilitaria a atribuição a um estrato servil. Mas lembramos que, na língua céltica britânica, *isca* significa água, o que não deixa de ser interessante numa epígrafe com estas características. Deixamos a palavra aos colegas linguistas.

foi nitidamente o que maior implantação teve em *Ammaia*, estendendo a sua influência ao território dependente da cidade (FIG. 17), repartido hoje pelos dois lados da raia luso-espanhola (MANTAS 2002 68; BELTRÁN LLORIS 2002 105-109), contando mesmo como um monumento, infelizmente perdido, dedicado pelos habitantes de um *vicus* situado perto do Crato (*CIL* II 170 = *IRCP* 609).

Muito menos segura, pelas dificuldades de leitura oferecidas pela epígrafe, é a identificação da divindade a quem foi votada a árula consagrada por *Camala* [12], seguramente representante de um grupo populacional subalterno, ainda que aparentemente pertencente à classe libertina. Poderíamos, por hipótese, integrá-la no mesmo grupo de monumentos consagrados a Júpiter, vulgar quer na *Ammaia* quer na região envolvente (CARNEIRO 2010 84-85), sem esquecer a sua divulgada ocorrência em ambientes rurais de características vincadamente indígenas (ALARCÃO 1989 165-168). O registo na cidade de divindades como Ocrimira e Toga, por outro lado, não impede que este monumento amaiense se inclua no grupo específico das devoções tradicionais, tanto mais que o pouco que sobrevive na pedra não garante nenhuma leitura fiável do teónimo, aconselhando grande cautela em qualquer reconstituição proposta, ainda que nos parece possível subentender a consagração a um Génio, talvez o de *Ammaia*, como na ara de *Aleinius Tongi filius* [8].

Quanto ao único local de culto urbano até agora identificado, o templo do fórum, a significativa presença de Júpiter em *Ammaia* leva-nos a admitir que lhe tenha sido dedicado, o que, naturalmente, não impede a presença de testemunhos do culto imperial, que podiam ser colocados no templo forense. Embora visualmente impressionantes, temos alguma reserva quanto às reconstituições virtuais do edifício (CORSI 2013 28-35), que, embora pequeno (9 x 18m), devia ser de arquitectura relativamente rica, considerando os elementos de mármore que se recuperaram, com probabilidade, apesar de uma proposta menos concordante (TAELEMAN 2014 179-189), em material das pedreiras da região de Estremoz. Tudo leva a crer tratar-se de um templo de tipologia clássica, de ordem coríntia, tetrastilo e pseudoperíptero¹⁰, não se confir-

¹⁰Não pomos completamente de parte a possibilidade de ter existido uma plataforma frontal, com acesso por escadarias laterais. Aguardamos que as escavações em curso possam esclarecer o problema.

mando a existência de tanques de água laterais, como por vezes sucede na Lusitânia (REIS 2010 285-314).

O facto de se ter achado junto ao pódio o pedestal consagrado a Mercúrio Augusto não implica forçosamente que estejamos perante as ruínas de um templo do culto imperial, inclusive considerando as pequenas dimensões daquele. Recordamos a ara da *Civitas Cobelcorum* (Almofala), pertencente ao templo do fórum local, consagrada a Júpiter (FE 1998 266; FRADE e CAETANO 2002 227-230, 417), o que sugere que os templos principais das cidades lusitanas foram, pelo menos inicialmente, consagrados a Júpiter, divindade com a qual também não era difícil subentender uma relação com o imperador, muito clara sob os júlio-cláudios (FEARS 1975 486-496; HONG 2008 85-101). Como já tivemos oportunidade de referir, a planta geral do fórum amaiense, que nos parece ter sido uma estrutura demasiadamente ambiciosa para a cidade (MANTAS 2010 167-188), recorda a do fórum de *Clunia* (Coruña del Conde), cidade com a qual *Ammaia* manteve relações, comprovadas epigraficamente (IRCP 619, 629; MANTAS 2004 97-100), e a do fórum de *Ebora*, não lhe reconhecendo semelhanças com o monumento de *Conimbriga* em qualquer das suas três fases, e menos ainda com o fórum de Bobadela. A cronologia do edifício está ainda pouco definida, embora os dados por ora disponíveis sugiram para o início da construção uma data por volta de meados do século I, com a qual concorda perfeitamente o troço de estátua de um príncipe júlio-cláudio, muito provavelmente pertencente ao programa escultórico do fórum, achada na Escusa (OLIVEIRA 1991 85-96).

Como podemos, a partir de uma amostra tão reduzida e totalmente pertencente à área dos cultos públicos, traçar um quadro coerente do que foi o politeísmo luso-romano na *Ammaia*? A pergunta parece implicar uma resposta negativa, o que levaria a pôr de lado quaisquer tentativas no sentido de conhecer, mesmo nas suas grandes linhas, a estrutura religiosa da sociedade luso-romana. Na verdade não é bem assim, pois o quadro geral que, ao longo de décadas, se foi definindo permitiu estabelecer um certo número de características, cuja repetição ou constância em determinadas regiões permite estudos comparativos com alguma fiabilidade. Desde logo se confirma o natural predomínio de elementos de origem indígena, entre os praticantes de actos religiosos, em parte

identificados à maneira peregrina [3, 4, 8, 9, 10, 11], uns socialmente mais romanizados que outros [1, 2, 8], mas sem qualquer distinção no que se refere ao alvo das suas devoções, legalistas ou tradicionais. Todavia, não esqueçamos que os testemunhos reflectem apenas uma pequena parcela da população, a que podemos considerar privilegiada, com meios e motivações para se manifestar através de monumentos epigráficos, tanto mais que se trata de uma cidade de fundação original, privilegiando imediatamente os cultos oficiais.

Os devotos pertencentes ao grupo colonizador não são fáceis de identificar com absoluta certeza [7, 9], mas representam no conjunto uma minoria, que não terá repudiado cultos indígenas, representando um círculo social que os permitiu abertamente, como se verifica com os libertos (MANTAS 2003 66-67; CHAUSSON 2017 7-13). A cidadania de forma alguma inibia o respeito devido às divindades tradicionais, sobretudo numa fase avançada da romanização, o que explica, melhor que qualquer teoria defensora da resistência ao domínio romano, a proliferação de cultos indígenas a partir do século II, não como reflexo de rejeição, antes como prova da eficiência do sistema romano. Na verdade, estamos novamente perante o problema de culturas desiguais, se não tivermos medo das palavras, uma claramente dominante e, além disso, vencedora, e outra marcada por irredutíveis arcaísmos (TRANOY 1981 264-384, 494-453). Esta diferença, bem real, não impediu um processo de imitação voluntária ou facilitada pela autoridade romana, que aliás nunca esqueceu, sobretudo no Alto Império, que o centro do poder, a todos os níveis, se encontrava na Itália (RICHARDSON 1995 339-345; WHITTAKER 1997 143-163; ALARCÃO 2006 175-188), assim como não obistou à aculturação entendida em sentido inverso ao da romanização, desde que se mantivesse o respeito devido à essência religiosa do Império.

No fundo, o que a epigrafia amaiense permite confirmar mais uma vez, mesmo contando com poucos testemunhos, é a existência de duas realidades religiosas que não se excluem mutuamente, antes se fundem de acordo com uma visão pragmática do universo religioso, através do reconhecimento do que é imperial e do que é local, atribuindo-lhes funções e espaços próprios para a sua expressão, de acordo com a concepção hierarquizada da mundividência romana. Um sistema religioso integrador e gerador de equilíbrios entre a universalidade de Júpiter e o localismo de Ocrimira, funcional e capaz de criar solidariedades, onde talvez resida o segredo de todos os impérios bem-sucedidos, forjando

uma comunidade de destino. Mas foi também esta capacidade de integrar sob a tutela do modelo romano, indiscutível durante muito tempo, mesmo para muitos não itálicos, que estimulou o processo de radicais transformações que, de uma ou de outra forma, abriu caminho para a decadência do Império (MANTAS 2013a 117-151), a que muitos preferem chamar transformação, perturbando o bom funcionamento de um sistema ideológico laboriosamente conseguido, tornado inviável quando substituído definitivamente no século IV pela nova ordem idealmente centrada numa estrita visão unificadora, tendencialmente pouco tolerante (BROWN 1992; DIAS 2013 43-64; NIXEY 2018).

BIBLIOGRAFIA

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim.

FE = *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra.

IRCP = *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.

ABASCAL PALAZÓN, J. (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Madrid-Murcia.

ALARCÃO, Jorge de (1989), *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins.

ALARCÃO, Jorge de (1990), “O domínio romano”, in *Nova História de Portugal*, Lisboa 352-394.

ALARCÃO, Jorge de (2006), “Os modelos romanos e os traslados provinciais na Lusitânia”, in *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo*, Córdoba 175-187.

ANDREU PINTADO, J. (2004), *Munificencia Pública en la Provincia Lusitania (siglos I-IV d. C.)*, Saragoça.

ANDREU PINTADO, J. (2010), “Indigenismo y romanización en Lusitania: sobre el culto de las divinidades salutíferas acuáticas”, in *Naissance de la Lusitanie Romaine*, Toulouse-Mérida 185-210.

BANCALARI MOLINA A. (2007), *Orbe romano e imperio global. La romanización desde Augusto a Caracalla*, Santiago de Chile.

BARATTA, Giulia (2001), *Il culto di Mercurio nella Penisola Iberica*, Barcelona.

BELTRÁN LLORIS, F. (1995-2007), “Dimensiones de la interpretatio romana en Occidente: especulación literaria y cultos provinciales”, *Sintria* 3-4 37-72.

BELTRÁN LLORIS, F. (2002), “Os deuses da tríade capitolina na Lusitânia”, in *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa 105-109.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1975), *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*, Madrid.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (2006), “Nuevos teónimos indígenas hispanos. Addenda y corrigenda” 2. *Zephyrus* 59 293-303.

BRÁZIA, Paulo J. da (2011), *Cultos orientais no Ocidente peninsular. Uma perspectiva artística*, Lisboa.

Conimbriga, 57 (2018) 47-96

- BROWN, Peter (1992), *Power and Persuasion: Towards a Christian Empire*, Madison.
- CAGNAT, René (1914⁴), *Cours d'épigraphie latine*, Paris.
- CARNEIRO, André (2009-2010), "A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana. Uma leitura de conjunto", *Hispania Antiqua* 33-34 237-272.
- CARNEIRO, André (2010), "Para uma cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana", in *Espaços e paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças contemporâneas*, 3 Évora 81-97.
- CHAUSSON, François (2017), "La place de l'épigraphie dans l'étude des relations entre esclaves et maîtres", in *Esclaves et maîtres dans le monde romain*, Roma 7-13.
- CORREIA, Virgílio H. (2010), "O forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano", in *Ciudad y foro en Lusitania romana*, Mérida 89-106.
- CORSI, Cristina e Vermeulen, Frank (eds.) (2013), *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape Revealed*, Ghent.
- CORSI, Cristina et alii (2013), *Ammaia. A Roman Town in Lusitania. Ammaia. Uma cidade romana na Lusitânia*, Évora.
- CRAVINHO, Graça (2004), "O mais antigo vestígio judaico na Península Ibérica", *Cader-nos de Estudos Sefarditas* 4 233-242.
- DEPREZ, Sarah et alii (2006), "The water supply of the Roman Town of Ammaia: a geoarchaeological case study", *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos* 3 109-133.
- DIAS, Paula (2013), "Cristianismo e responsabilidade cristã na queda de Roma", in *A queda de Roma e o alvorecer da Europa*, Coimbra 43-64.
- EHRENBERG, Victor (1974), *Man, State and Deity. Essays in Ancient History*, Londres.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1975), *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1987), "Divindades indígenas da Lusitânia", *Conimbriga* 26 7-37.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1987a), "A população romana do Nordeste Alentejano", in *Ias Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Castelo de Vide 167-170.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1997), "Epigrafia" in *Arqueologia do Concelho de Serpa* 103-123.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2001-2002), "Da imaginação e do rigor", *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 10 387-404.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1995-2007), "Endovélico. 400 anos depois", *Sintria* 3-4 144-163.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2007), "O culto imperial na epigrafia da Lusitânia Ocidental: novidades e reflexões", in *Culto imperial: política y poder*, Mérida 351-367.
- ÉTIENNE, Robert (1958), *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris.
- ÉTIENNE, Robert (2002), "Novidades sobre o culto imperial na Lusitânia", in *Religiões da Lusitânia. Loquantur Saxa*, Lisboa 97-104.

- FABIÃO, Carlos (2016), “A Lusitânia no contexto da globalização romana”, in *Lusitânia romana. Origem de dois povos*, Lisboa 194-197.
- FEARS, J. Rufus (1975), “Nero as the Viceregent of the Gods in Seneca’s De Clementia”, *Hermes* 103 (4) 486-496.
- FEARS, J. Rufus (1981), “The cult of Jupiter and Roman Imperial Ideology”, *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt* 17 (1) 3-141.
- FERNANDES, Luís (2002), “Genii, Lares e Tutela na província da Lusitânia”, in *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa 179-188.
- FONTANELLA, Francesca (2008), “The Encomium on Rome as a response to Polybius’ doubts about the Roman Empire”, *Columbia Studies in the Classical Tradition* 33 203-216
- FRADE, Helena e Caetano, J. Carlos (2002), “Os cultos na Civitas Cobelcorum”, in *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa 227-230.
- GAFFIOT, Félix (1934), *Dictionnaire illustré Latin-Français*, Paris.
- GRANT, Michael (1967), *O mundo de Roma*, Lisboa.
- GRIMAL, Pierre (1989), *A civilização romana*, Lisboa.
- GUERRA, Amílcar (1996), “Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual”, *A Cidade* 11 7-33.
- GUERRA, Amílcar (2017), “Os contrastes sociais e culturais numa cidade romana provincial: um olhar sobre as inscrições da Ammaia”, *Ciclo de Conferências José Mattoso*, Fundação Cidade de Ammaia (no prelo).
- HINGLEY, Richard (1996), “The ‘Legacy of Rome’: The rise, decline and fall of the theory of Romanization”, in *Roman Imperialism: post-colonial perspectives*, Leicester 35-48.
- HOLDER, Alfred (1962²), *Altceltischer Sprachschatz* 2 Graz.
- HONG, Sung-Chul (2008), “The Imperial Ideology of Rome and the Principalities and Powers in Romans 8: 31-39”, *Scripture and Interpretation* 2 (1) 85-101.
- JALHAY, Eugénio (1947), “Epigrafia Amaiense. Contributos para o estudo da Aramenha romana”, *Brotéria* 45 615-633.
- KAJANTO, Iiro (1982), *The Latin Cognomina*, Roma.
- LAMBRINO, Scarlat (1959), “Les germains en Lusitanie”, in *Actas e memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia* 1, Lisboa 477-491
- MALISSARD, Alain (1994), *Les Romains et l’eau*, Paris.
- MANTAS, Vasco G. (2000), “A sociedade luso-romana do município de Ammaia”, in *Sociedad y cultura en Lusitania romana*, Mérida 391-420.
- MANTAS, Vasco G. (2002), “Libertos e escravos na cidade luso-romana de Ammaia”, *Ibn Maruán* 12 49-68.
- MANTAS, Vasco G. (2004), “Novidades epigráficas de Ammaia”, in *Au jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens*, Poitiers 87-105.
- MANTAS, Vasco G. (2010), “Epigrafia, notáveis e estatuto urbano: Ammaia revisitada”, *Conimbriga* 49 15-39.
- MANTAS, Vasco G. (2010a), “O arco da Aramenha em Castelo de Vide”, *Humanitas* 62 321-336.

- MANTAS, Vasco G. (2010b), “Os Lares Viales na Lusitânia”, *Vialibus* 2 13-34.
- MANTAS, Vasco G. (2013), “The Town of Ammaia in Ancient Sources”, in *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape Revealed*, Ghent 11-17.
- MANTAS, Vasco G. (2013a), “O império romano no dealbar do século V”, in *A queda de Roma e o alvorecer da Europa*, Coimbra 117-151.
- MELCHOR GIL, E. (1994), “Consideraciones acerca del origen, motivación y evolución de las conductas evergéticas en Hispania romana”, *Studia Historica. Historia Antigua* 12 61-82.
- MELCHOR GIL, E. (1999), *La munificencia civica en el mundo romano*, Madrid.
- NAVARRO CABALLERO, M. e RAMIREZ SÁDABA, J. (coords.) (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, Mérida-Bordéus.
- NIXEY, Catherine (2018), *A chegada das trevas*, Lisboa.
- OLIVARES PEDREÑO, J. (2009), “El culto a Júpiter, deidades autóctonas y el proceso de interacción religiosa en la Céltica hispana”, *Géron* 27 (1) 331-360.
- OLIVARES PEDREÑO, J. (2013), “La omisión del dedicante en las inscripciones votivas de Hispania como indicio de su ubicación en ámbitos privados”, *Studia Historica. Historia Antigua* 31 59-87.
- OLIVEIRA, Jorge de (1991), “A estátua romana da Escusa”, *Ibn Maruán* 1 85-96.
- OLIVEIRA, Jorge de (1992), “A ponte quinhentista da Portagem”, *Ibn Maruán* 2 121-130.
- OLIVEIRA, Jorge, Pereira, Sérgio e Parreira, João (2007), “Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão”, *Ibn Maruán* 14.
- PAÇO, Afonso do, e ALMEIDA, Fernando de (1962) “Duas inscrições romanas inéditas do Museu de Marvão”, *Revista de Guimarães* 72 145-151.
- PALOMAR LAPESA, M. (1957), *La onomástica personal prelatina de la antigua Lusitania*, Salamanca.
- PEREIRA, M. H. da Rocha (2009²), *Estudos de História da Cultura Clássica* 2, Lisboa.
- PEREIRA, Sérgio (2009), “A cidade romana de Ammaia. Escavações arqueológicas 2000 a 2006”, *Ibn Maruán* (número especial) 2.
- PETIT, Paul (1974), *Histoire générale de l'empire romain* 3, Paris.
- PINTO, António (2002), *Bronzes romanos figurativos de Portugal*, Lisboa.
- PRÓSPER PÉREZ, Blanca (2002), *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*, Salamanca.
- REIS, M. Pilar (2010), “Tanques, fontes e espelhos de água nos fora lusitanos”, in *Ciudad y foro en Lusitania romana*, Mérida 285-314.
- RIBEIRO, J. Cardim 1982-1983: “Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus”, *Sintria* 1-2 151-476.
- RICHARDSON, J. S. (1995), “Neque elegantem ut arbitrator, neque urbanum: Reflections on Iberian Urbanism”, *Proceedings of the British Academy* 86 339-354.
- SALAS MARTÍN, J. e HABAS QUIRÓS, S. (1987), “Nuevas aportaciones a la epigrafía romana de Extremadura”, *Veleia* 4 127-133.
- SCHIED, John (2011), *Pouvoir et religion à Rome*, Paris.

- SCHILLING, Robert (1979), *Rites, cultes, dieux de Rome*, Paris.
- SIKORA, Eva (1983), “Le culte d’Esculape en Gaule”, *Revue Archéologique du Centre* 22 (3) 175-183.
- SOLIN, Heikki (1982), *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, Berlin
- Taelman, Devi (2014), “Contribution to the use of marble in Central Lusitania in Roman times: The stone architectural decoration of Ammaia (São Salvador de Aramenha, Portugal)”, *Archivo Español de Arqueología* 87 175-194.
- TEIXEIRA, Sílvia (2014), *Cultos e cultuantes no Sul do território actualmente português em época romana (sécs. I a.C. - III d.C.)*, Lisboa.
- TRANOY, Alain (1981), *La Galice romaine*, Paris.
- VASCONCELOS, Leite de (1935), “Localização da cidade de Ammaia”, *Ethnos* 1 5-9.
- WHITTAKER, C. R. (1997), *Frontiers of the Roman Empire: A Social and Economic Study*, Baltimore-Londres.
- WOOLF, Greg (2011), *Tales of the barbarians: ethnography and empire in the Roman West*, Chichester.

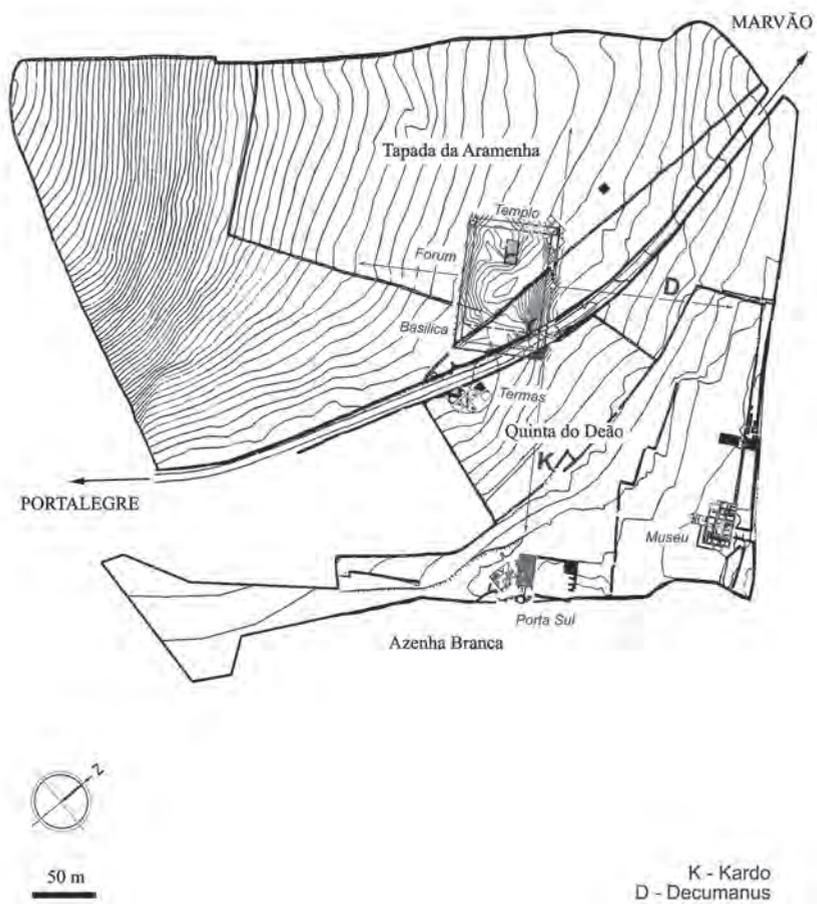


FIG. 1 – Planta geral das ruínas de Ammaia, com indicação dos principais monumentos.



FIG. 2 – As ruínas de Ammaia e a zona periférica onde se acharam inscrições votivas.

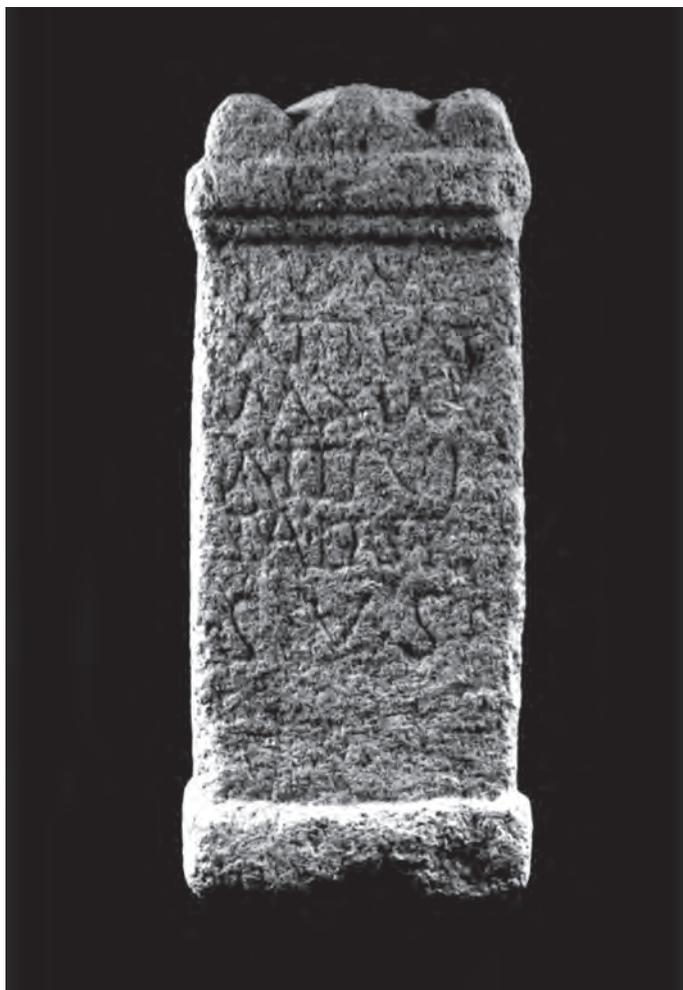


FIG. 3 – *Ara a Júpiter consagrada por Aelia Maxima (Museu Cidade de Ammaia).*



FIG. 4 – *Ara a Júpiter consagrada por T. Canteius Quietus (Museu Cidade de Ammaia).*



FIG. 5 – Ara a Júpiter consagrada pelo liberto Faustus
(Museu Cidade de Ammaia).



FIG. 6 – Ara a Júpiter consagrada pela liberta Fusca
(Museu Cidade de Ammaia).



FIG. 7 – *Ara a Júpiter, de difícil leitura e impossível atribuição (Museu Cidade de Ammaia).*



FIG. 8 – *A ara do Moinho da Portagem ainda reutilizada no mesmo (foto Jorge Oliveira).*



FIG. 9 – Pedestal consagrado a Mercúrio Augusto
(Museu Cidade de Ammaia).

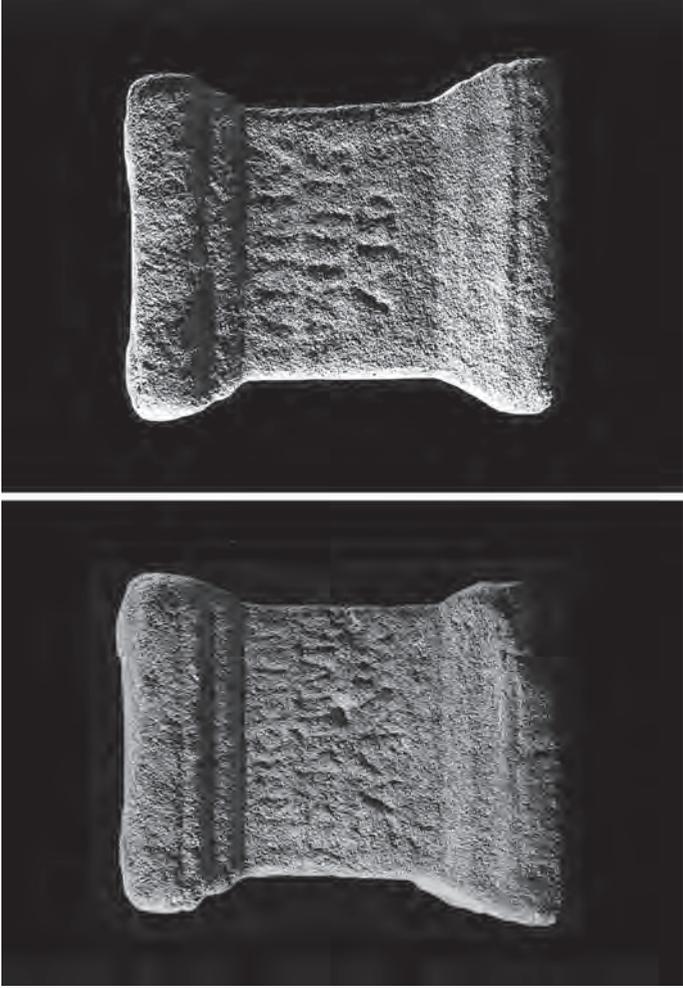


FIG. 10 – Ara consagrada ao Génio do Ópido Constituído por C. Annius Valens (Museu Nacional de Arqueologia).



FIG. 11 – *Ara consagrada ao Génio de Ammaia por Aleinius (Museu Cidade de Ammaia).*



FIG. 12 – *Ara consagrada a Ocrimira por Iulia Saturisca*
(*Museu Cidade de Ammaia*).



FIG. 13 – *Árula consagrada a Toga pela liberta Alenes Novela (Museu Cidade de Ammaia).*



FIG. 14 – *Árula consagrada a Júpiter (?) por Iulia Lubaeci (Museu Cidade de Ammaia).*



FIG. 15 – *Ara consagrada a uma divindade de difícil identificação pela liberta Camala (Museu Cidade de Ammaia).*



FIG. 16 – *Epígrafe comemorando o flâmine provincial G. Iulius Vegetus (Museu Cidade de Ammaia).*

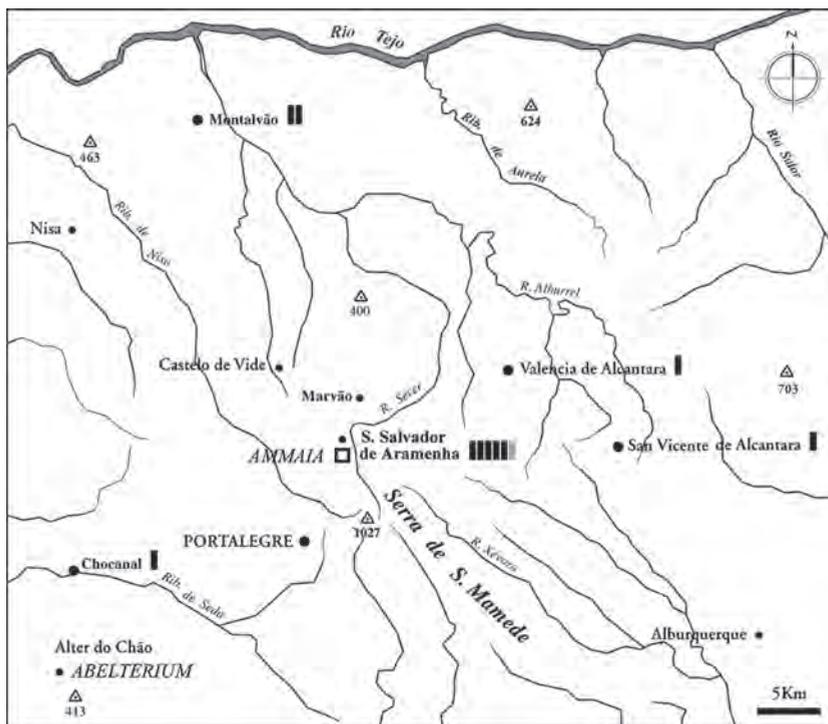


FIG. 17 – Testemunhos epigráficos do culto de Júpiter na região em torno de Ammaia.